

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.468 - RJ (2019/0139167-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : LUIZ GLEISER PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI
REPR. POR : LUIZ GLEISER
ADVOGADO : EDILENE CERQUEIRA AQUINO - RJ183124

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO. PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ DA CDA. AFASTADA.

1. A presunção de certeza e liquidez de que goza a CDA pode ser ilidida por prova inequívoca a cargo do executado, consoante o disposto no parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 6.830/80.
2. No caso em tela, há demonstração nos autos, através de DARF, com os respectivos comprovantes de arrecadação emitidos pela Receita Federal, do pagamento do débito em cobrança, referente ao imposto de renda de pessoa jurídica sobre o lucro presumido do 1º trimestre do ano calendário de 2005, que foi declarado pelo contribuinte em DCTF e DIPJ, razão pela qual deve ser mantida a sentença que extinguiu a execução.
3. Apelação desprovida" (fl. 143e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 146/150e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. QUITAÇÃO DO DÉBITO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexiste a omissão apontada, uma vez que as questões relevantes para o deslinde da causa foram enfrentadas no acórdão embargado.
2. Na hipótese vertente, com base em alegação de omissão, deseja a recorrente modificar o julgado por não-concordância, sendo esta a via inadequada.
3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a

indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos" (fl. 161e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, do permissivo constitucional, violação aos arts. 1.022, II, do CPC/2015 e 3º da Lei 6.830/80, sustentando que:

"DAS RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA DO ACÓRDÃO RECORRIDO:

A) Da Contrariedade ao Art. 1.022, Inciso II, do Código de Processo Civil:

Para sanar equívoco no acórdão e para fins de suprir omissão, os embargos de declaração constituem a via processual adequada, como atesta o enunciado da Súmula 356, do Supremo Tribunal Federal, verbis:

(...)

Todavia, o TRF - 2ª Região, ao decidir os Embargos de Declaração, persistiu na contradição acerca das questões lá ventiladas, pelo que nada mais se pode exigir da Recorrente, exceto a interposição de Recurso Especial, com arguição de violação ao art. 1.022, inciso II, do CPC, como atestam os acórdãos abaixo:

(...)

Portanto, deve ser dado provimento ao presente recurso, a fim de determinar que a Turma *a quo*, em atendimento ao disposto no art. 1.022, II, do CPC, promova a integração do acórdão que negou provimento à apelação da União, manifestando-se expressamente sobre a incidência do art. 3º da Lei nº 6.830/80 no caso em exame.

B) Da questão de fundo: violação ao art. 3º da Lei nº 6.830/80

No caso em tela, somente com um pronunciamento definitivo da Receita Federal do Brasil se poderá avaliar os efeitos produzidos pelos pagamentos citados no corpo da sentença de fls. 114/118, os quais, segundo a própria empresa executada-recorrida, apresentam erro material quanto aos períodos relativos aos respectivos fatos geradores dos tributos devidos:

(...)

Nem mesmo os montantes arrecadados correspondem exatamente ao que crédito que é objeto da cobrança embargada, como salientado na sentença às fls. 115. Desta maneira, ao pronunciar a extinção da presente execução fiscal o acórdão ora atacado violou o art. 3º da Lei nº 6.830/80:

(...)

Impõe-se destacar a legitimidade e da presunção legal de certeza e liquidez da Certidão de Dívida Ativa (CDA), afirmada pelos art. 2º e 3º, caput, ambos da Lei nº 6.830/80, e reconhecida pela jurisprudência:

(...)

Nesse sentido é também o art. 204 do CTN:

(...)

O art. 142 do CTN confere privativamente à autoridade administrativa a competência para 'constituir o crédito tributário pelo lançamento (...), determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível'. Deste modo, a extinção da execução fiscal, por pagamento da dívida, sem a análise da Secretaria da Receita Federal do Brasil, afronta a referida norma federal.

Deve, portanto, ser dado provimento ao presente recurso" (fls. 166/172e).

Requer, ao final, "seja conhecido e provido o presente Recurso Especial, a fim de que seja reconhecida a contradição no acórdão que deu negou provimento à apelação da União e a necessidade de prequestionamento das matérias não apreciadas expressamente, reformando, conseqüentemente, o acórdão guerreado que negou provimento aos Embargos de Declaração, determinando-se que o Tribunal *a quo* se manifeste sobre a aplicação do art. 3º da Lei nº 6.830/80" (fl. 172e).

Contrarrazões apresentadas (fls. 184/187e), foi o Recurso inadmitido na origem (fls. 192/193e), ensejando a interposição do Agravo (fls. 198/204e).

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Embargos à Execução, opostos pela parte ora agravada, em Execução Fiscal que lhe move a Fazenda Nacional, no qual alega, em síntese, "a inexigibilidade da cobrança por força do pagamento realizado em época própria" (fl. 114e).

O Juízo **a quo** julgou procedente os pedidos e extinguiu o processo de Execução (fl. 118e).

Inconformada, a Fazenda apelou, requerendo a reforma da Sentença, "sustentando que a mera juntada aos autos de guias DARF não tem o poder de atestar o pagamento do débito, pois a guia não retrata prova cabal de pagamento" (fl. 140e).

Por sua vez, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo fazendário, nos seguintes termos:

"A execução objeto dos embargos envolve a cobrança de imposto de

renda de pessoa jurídica sobre lucro presumido e tem como período de apuração 01/01/2005, com vencimento em 29/04/2005 e valor inscrito em Dívida Ativa no importe de R\$ 9.337,77.

Como cediço, a presunção de liquidez e certeza de que goza a CDA só pode ser ilidida por prova inequívoca a cargo do executado, consoante o disposto no parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 6.830/80.

A embargante alega que a cobrança é indevida, em razão da quitação do débito, anexando, para tanto, os comprovantes de arrecadação emitidos pela Receita Federal, os DARF, a DIPJ e a DCTF do 1º trimestre do ano calendário 2005 (fls. 76/82).

Como salientado na sentença (fls. 115):

(...)

Com efeito, os quatro DARF juntados pela embargante, sob o código de receita 2089 - IRPJ - LUCRO PRESUMIDO -, com os respectivos comprovantes de arrecadação emitidos pela Receita Federal, se referem ao 1º trimestre do ano de 2005, que, somados, correspondem à importância de R\$ 9.738,09, que foi declarada na DCTF e na DIPJ do 1º trimestre do ano calendário de 2005 (fls. 76/82), em valor um pouco superior ao valor originário da CDA (R\$ 9.337,77 - fls.22), sendo, portanto, hábeis a comprovar o pagamento da dívida.

Ressalte-se que a União Federal, nas duas oportunidades que teve para refutar adequadamente as alegações e documentos apresentados pela embargante, limitou-se a arguir, nos autos da execução, a impossibilidade de exame da matéria em sede de exceção de pré-executividade, e, nestes embargos, a formular alegações padronizadas com base na presunção de liquidez, certeza e exigibilidade da CDA, como destacado na sentença.

Da mesma forma, suas razões de apelação são genéricas e sustentam que o pagamento não foi comprovado, posto que 'a mera juntada de guias DARF não tem o poder de atestar o pagamento do débito', pois 'a guia não retrata prova cabal de pagamento'.

A prova produzida pela embargante demonstra que o tributo foi regularmente recolhido, sendo hábil a afastar a presunção de liquidez e certeza da CDA, razão pela qual deve ser mantida a sentença que extinguiu a execução fiscal.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO à apelação.

É como voto" (fls. 141/142e).

Em relação ao art. 1.022 do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia,

dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017.

No mais, conforme demonstram os excertos acima transcritos, o Tribunal de origem consignou que "os quatro DARF juntados pela embargante, sob o código de receita 2089 - IRPJ - LUCRO PRESUMIDO -, com os respectivos comprovantes de arrecadação emitidos pela Receita Federal, se referem ao 1º trimestre do ano de 2005, que, somados, correspondem à importância de R\$ 9.738,09, que foi declarada na DCTF e na DIPJ do 1º trimestre do ano calendário de 2005 (fls. 76/82), em valor um pouco superior ao valor originário da CDA (R\$ 9.337,77 - fls.22), sendo, portanto, hábeis a comprovar o pagamento da dívida", concluindo que "a prova produzida pela embargante demonstra que o tributo foi regularmente recolhido, sendo hábil a afastar a presunção de liquidez e certeza da CDA, razão pela qual deve ser mantida a sentença que extinguiu a execução fiscal" (fl. 142e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a** e **b**, do RISTJ, conheço do Agravo, para conhecer, em parte, o Recurso Especial e, nesta parte, negar-lhe provimento.

I.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora